



Relatório e Contas

de

Gestão 2021

- Apresentação e Resumo Histórico

A Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória foi fundada em 1498, contando já com mais de 520 anos ao serviço da comunidade Praiense.

O seu galardão evidencia a Instituição como a “ mais benemérita do concelho”. São pois muitos os que ao longo destas cinco centenas de anos, dedicaram de muitas formas aos que sofrem de doença, pobreza ou de exclusão social.

Como é referido na Memória Histórica desta Santa Casa (1998, pág. 10), deveremos continuar a “avançar para junto dos que necessitam de apoio, sob formas de integração plena na comunidade, distribuindo os recursos disponíveis, numa palavra promovendo a justiça social como factor e condição de cidadania”.

Neste sentido a Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória é hoje uma Instituição Particular de solidariedade Social, sem fins lucrativos, que estende a sua actividade por várias áreas da solidariedade social. Embora o seu campo de acção possa transcender as áreas da chamada segurança social, os fins que, de modo principal, prosseguirão serão, efectivamente, o apoio à família, sob qualquer das formas que possa revestir, a protecção à infância, à juventude e à velhice e formação profissional.

Para dar resposta a cerca de 380 utentes diários a Misericórdia conta com todo um conjunto de valências das quais realçamos: a Rede Educativa com creche, jardim-de-infância, ATL, ludoteca e centro de informática, as unidades residenciais do tipo familiar para acolhimento de crianças e Jovens, o centro de apoio integrado à mulher vítima de violência, o centro de acolhimento masculino para cidadãos em situação de sem abrigo, o projecto “Saltus” de intervenção junto dos jovens em risco, o centro de economia solidária com uma rede de micro empresas de inserção social, o núcleo de prevenção e combate à violência doméstica e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Procura-se acima de tudo aprofundar e renovar os instrumentos de política social orientada para a redução da pobreza e da exclusão social, trabalhando na implementação de medidas sociais pró-activas de integração e solidariedade.

- Descrição das Valências

A Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória, no âmbito da sua intervenção social, integra diversas valências:

- **Educativas** - respondem às necessidades da comunidade em termos de creche, jardim-de-infância e actividades de tempos livres;

- **Acolhimento** - responde às necessidades da comunidade nas seguintes vertentes:

- **Tueri** (menores com medida de promoção e protecção).

- **Solisvita** (mulheres adultas vítimas de violência doméstica, sem abrigo, com ou sem filhos).

- **Domus Spei** (homens adultos em situação de sem abrigo).

- **Prevenção** – avalia e intervém em problemáticas psicossociais identificadas na comunidade:

- **NIPCVD** (núcleo de iniciativas de prevenção e combate à violência doméstica).

- **Saltus** (centro de actividades ocupacionais para jovens com comportamentos de risco).

- **CDIJ Fortis** (centro de desenvolvimento e inclusão juvenil).

- **ETIS-CES – Economia solidária** – desenvolve actividades económicas, proporcionando formação profissional, pessoal e social, com componente de produção e comercialização, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho;

- **Etis Bar**

- **Etis Online**

- **Circuito Arte & Prendas**

– **Actividades comerciais orientadas para as necessidades da comunidade** - suporte para a sustentabilidade dos projectos sociais:

- **Farmácia**

- **Posto farmácia**

– **Serviços Religiosos**

- Política da Qualidade

Missão

A Missão da SCMPV é servir a comunidade respondendo às necessidades de cariz social, nas diferentes áreas de intervenção, assente nos valores da solidariedade, profissionalismo e confiança.

Visão

Ser uma referência na comunidade em termos de solidariedade social, com mecanismos de sustentabilidade adequados/assegurados.

Valores

- Solidariedade
- Profissionalismo
- Dinamismo
- Confiança
- Honestidade/Integridade

Relatório de Actividades 2021

Rede Educativa

- Continuação das formações e acções de sensibilização para todos os colaboradores da rede educativa;
- Cumprimento do plano educativo e respectivas actividades lúdico pedagógicas de acordo com a altura do ano lectivo (Programa recolha de pilhas, participação no Outono Vivo, Desfile de carnaval, hortas pedagógicas, visitas de estudo);
- Aulas de música;
- Conclusão da pintura do Centro Social de Santa Rita.

Alguns dados de frequências:

Creche de São Lázaro: Média de 43 utentes mês;

Creche de Santa Rita: Média de 20 utentes mês;

Jardim de Santa Rita: Média de 35 utentes mês;

Jardim de São Lázaro: Média de 50 utentes mês;

ATL Santa Rita: Média de 22 utentes mês;

ATL/Ludoteca: Média de 53 utentes mês;

Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências

- Integração de utentes em cursos e actividades de aperfeiçoamento de competências pessoais e sociais;
- Comemoração do dia internacional da mulher;



- Continuação da implementação do Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica;
- Realização de actividades lúdico-pedagógicas em todas as valências;
- Desenvolvimento de actividades físico-desportivas;
- Desenvolvimento de acções de formação em informática e Horticultura;
- Curso de iniciação à agricultura biológica;
- Formação e retiro Mindserena (Tolerância, compaixão, aceitação do outro).
- Actividades náuticas em parceria com o Clube Naval da Praia da Vitória;
- Início do Projecto "Sem Amarras";
- Aquisição de barco à vela (formação) – Laser Bahia Completo;
- Desenvolvimento formação em treino de competências relacionais e laborais;
- Compra da casa da Rua da Estrela (Acolhimento feminino TUERI);
- Obras de beneficiação em toda a estrutura desta nova residência;
- Integração na rede de cooperadores de agricultura biológica em contexto de Economia Solidária nos Açores;

■ **Alguns dados de frequências:**

- TUERI: Média de 16 utentes mês;
- Domus Spei: Média de 9 utentes mês;
- Solisvita: Média de 4 utentes mês;
- Saltus: Média de 12 utentes mês;
- CDIJ: Média de 28 utentes mês;

Etis-CES

- Actividades de horticultura (Domus Spei e Estufa);
- Realização de exposições no Etis Bar;
- Continuidade de toda a actividade de economia social a nível do Bar, Atelier de costura e Loja de comercialização;

Grupo Farmácia

- Avaliou-se candidatura a fontes de financiamento no âmbito do Açores 2020;
 - Aviso n.º Açores 53-202-15/B9-202-15 – 5 000€ até 40 000€ - 70% FP
 - Aviso n.º Açores 53-202-16/B9-202-16 – 15 000€ até 500 000€ - 75% FP
- Aquisição de equipamentos (PC's, Impressoras).

Geral

- Continuação da conservação e reparação de todo o património da Misericórdia;
- Classificação do Claustro do antigo hospital, possível obra de beneficiação;



**Pela Mesa Administrativa
O Provedor**

Contas 2021

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

Contribuinte: 512011168

Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 15 de 2021

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3 931 984,16	3 834 578,45
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Outros Investimentos financeiros		5 219,56	4 108,17
Subtotal		3 937 203,72	3 838 686,62
Ativo corrente			
Inventários		262 367,43	268 336,45
Clientes		141 380,53	142 606,94
Estado e outros entes públicos		46,40	49,92
Outros créditos a receber		37 804,41	50 295,80
Diferimentos		33 017,08	41 409,36
Caixa e depósitos bancários		1 345 963,93	923 953,85
Subtotal		1 820 579,78	1 426 652,32
Total do ativo		5 757 783,50	5 265 338,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		3 017 521,64	2 908 414,79
Ajust. / Outras variações de capital próprio		1 577 597,92	1 302 163,30
Subtotal		4 595 119,56	4 210 578,09
Resultado líquido do período		235 295,67	109 106,85
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		4 830 415,23	4 319 684,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		166 735,84	168 090,00
Financiamentos obtidos		80 732,90	115 242,44
Subtotal		247 468,74	283 332,44
Passivo corrente			
Fornecedores		156 598,00	161 310,22
Estado e outros entes públicos		57 138,90	58 636,26
Financiamentos obtidos		40 037,76	40 663,14
Outras dívidas a pagar		426 017,73	401 604,80
Diferimentos		107,14	107,14
Subtotal		679 899,53	662 321,56
Total do Passivo		927 368,27	945 654,00
Total do capital próprio e do passivo		5 757 783,50	5 265 338,94

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

Moeda: EUR

Contribuinte: 512011168

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2021

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		2 392 274,63	2 308 357,50
Subsídios, doações e legados à exploração		1 985 681,92	1 870 396,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		1 016,00	26,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 794 616,11	-1 728 572,84
Fornecimentos e serviços externos		-236 131,00	-226 548,37
Gastos com o pessoal		-2 189 446,71	-2 061 766,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		1 354,16	-4 310,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		276 253,40	150 162,40
Outros gastos		-38 336,82	-38 340,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		396 049,47	269 403,54
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-156 236,30	-155 352,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		241 813,17	114 050,83
Juros e rendimentos similares obtidos		0,91	0,29
Juros e gastos similares suportados		-6 518,41	-4 944,27
Resultado antes de impostos		235 295,67	109 106,85
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		235 295,67	109 106,85

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações de Capital Próprio no Período N-1

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transmigrados	Excedentes Revalorização	Ajustamentos e outras variações de Capital Próprio	Resultado Líquido Período		
1	Posição no início do período N-1	2 908 414,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 302 163,30	108 106,85	4 319 684,94	4 319 684,94
	Alterações no período												
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico											0,00	0,00
	Alterações de políticas contabilísticas											0,00	0,00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00	0,00
	Realização do excedente de revalorização											0,00	0,00
	Excedentes de revalorização									0,00		0,00	0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		0,00	0,00
	Outra alterações reconhecidas de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275 434,62	0,00	275 434,62	275 434,62
2													
3	Resultado líquido do período										126 188,82		
4=2+3	Resultado Integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275 434,62	126 188,82	275 434,62	275 434,62
	Operações com detentores de capital no período												
	Subscrição de capital	109 106,85											
	Subscrições de prémios de emissão												
	Distribuições												
	Entradas para a cobertura de perdas												
	Outras operações	109 106,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109 106,85	109 106,85
5													
6=1+2+3+5	Posição no fim do período N-1	3 017 521,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 577 597,92	235 295,67	4 704 226,41	4 704 226,41



RUBRICAS	2021	2020
Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	4 292 813,01	4 201 268,16
Pagamentos a fornecedores	-1 963 447,04	-1 466 202,61
Pagamentos ap pessoal	-1 934 085,71	-2 061 766,21
Caixa gerada pelas operações	395 280,26	673 299,34
Pagamentos/recebimentos de imposto Iva	-23 847,37	-20 978,35
Outros recebimentos/pagamentos	-51 848,98	-440 074,27
Resultados extraordinarios		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	319 583,91	212 246,72
Fluxos de caixa das actividades de investimentos		
Pagamentos respeitante a:		
Activos fixos tangiveis	-211 396,05	-393 076,19
Outros activos Subsídios		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangiveis		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	348 331,76	100 862,21
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	136 935,71	-292 213,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento M L P		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)		
Realizações de capital e de out instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuizos		
DoaçõesDiferença		
Sócios		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)	-69 644,46	-21 683,50
Juros e gastos similares	-6 518,41	-4 944,27
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento de mlp (3)	-34 509,54	-26 627,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Juros e gastos similares		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo (4)		
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3+4)	422 010,08	-106 595,03
Efeito das diferenças de cambio		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	923 953,85	1 030 548,88
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	1 345 963,93	923 953,85



ANEXO

NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

EXERCÍCIO DE 2021

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA PRAIA DA VITORIA, Pessoa colectiva com o nº 512011168, é considerada Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, nos termos do nº 1 do art.º 94 do Estatuto das Instituições Particular de solidariedade Social, aprovado pelo art.º 1º do Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo nº 26/84/A de 28 de Agosto, foi efectuado o registo dos estatutos desta Instituição nos termos do art.º nº 1 da Portaria nº 71/84 de 13 de Novembro, no Livro das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia, sob o nº 14 a folhas 19.

O objecto principal é praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de misericórdia, e realizar actos e culto católico, conforme o art.º nº 1 dos seus estatutos. Com o objectivo de angariar receitas para conseguir praticar a solidariedade, a Santa Casa é proprietária de uma Farmácia na Cidade da Praia da Vitória, e um Posto Farmacêutico na freguesia dos Biscoitos, também desenvolve actividades na área de assistência há família nomeadamente em colégios e creches, na rua de Jesus é proprietária de um imóvel onde desenvolve diversas actividades sociais, tem a sua sede na Rua do Hospital, 18 - Freguesia de Santa Cruz, Cidade da Praia da Vitória.

Por despacho conjunto de Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro da Solidariedade e Segurança Social, conforme ofício n.º 46235 de 30 de Setembro de 1996, foi reconhecida a isenção de IRC quanto às seguintes categorias, C, E, F, e G, confirmado pelo art.º 1 da Lei 9/85, que estipula o seguinte; As instituições particulares de solidariedade social, uma vez registadas nos termos dos artigos 7.º e 8.º do estatuto aprovado pelo Dec. Lei 119/85, de 25 de Fevereiro, ficam isentas de : a) Imposto de selo; b) custas Judiciais.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa Utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no aviso nº 15654/2009 de 07 de Setembro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística (“ESNL”), emitida e em vigor em Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e publicada no Aviso n.º 8259/2015 do Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, aplicável aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a convenção do custo histórico.

As demonstrações financeiras da Santa Casa são comparáveis ao longo dos exercícios económicos.

A Santa Casa reconhece os seus ganhos e perdas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes ganhos e perdas são reconhecidos em rubricas de acréscimos e de diferimentos.

3.2 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os activos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da



quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

3.4 Ativos Intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha recta, ou outro método que reflecta o modelo pelo qual se espera que os futuros benefícios económicos do activo sejam consumidos pela entidade em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados num período de 10 anos, sendo também sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou quando haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.5 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem uma obrigação presente: i) legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário o dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa antes de impostos que reflita a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.



3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados.

O rédito proveniente das prestações de serviços, das quotizações e das comissões é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Santa Casa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



3.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

A Santa Casa reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os seguintes instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perda por imparidade:

- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, devem ser mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. A Santa Casa não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro apenas quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve desreconhecer o ativo e reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Santa Casa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.



Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.9 Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é o valor das faturas mais todas as despesas até ao local de armazenagem.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

3.10 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor e apenas quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Instituição cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram quaisquer eventos na Santa Casa suscetíveis de enquadramento no âmbito dos acontecimentos após a data do balanço.

3.11 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliadas, representando à data de relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias, se consideram ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. A Direção considera que quaisquer estimativas e julgamentos intrínsecos às presentes demonstrações financeiras não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material nas quantias escrituradas dos ativos e passivos, no decurso de períodos seguintes.

As principais estimativas subjacentes nas Demonstrações Financeiras são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Estimativas de férias e subsídios de férias do pessoal
- Provisões do exercício



4. Ativos fixos tangíveis

As variações nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Rubricas	2020	Reavaliação/sustamento	Aumentos	Depreciação	Transferências e abates	2021
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos recursos naturais	146 913,36					146 913,36
Edifícios e outras construções	5 410 137,85		210 000,00			5 620 137,85
Equipamento básico	1 167 130,15		1 396,05			1 168 526,20
Equipamento de transporte	228 117,40					228 117,40
Equipamento administrativo	103 940,63					103 940,63
Outros activos tangíveis	231 166,63					231 166,63
Investimentos em Curso	5 800,00					5 800,00
Total do Activo	7 293 206,02		211 396,05			7 504 602,07
Depreciações Acumuladas						
De Edifícios e outras construções	1 826 566,42			131 673,91		1 958 240,33
De Equipamento Básico	1 132 367,11			8 347,46		1 140 714,57
De Equipamento de Transporte	205 591,21			4 660,59		210 251,80
De Equipamento Administrativo	100 083,46			1 809,46		101 892,92
De Outros Activos Tangíveis	194 019,37			9 744,88		203 764,25
Total das Depreciações Acumuladas	3 458 627,57			156 236,30		3 614 863,87
Activo Líquido	3 834 578,45		211 396,05	312 472,60		3 889 738,20

As taxas médias de depreciação são as seguintes:

Rubricas	Taxa média
Edifícios	2,00%
Equipamento Básico	12,50%
Equipamento Administrativo	33,33%
Outros AFT	entre 10% e 25%

5 - Investimentos Financeiros

Rubricas	2020	Aumentos	Depre/Recup	2021
Outros ativos Financeiros	4 108,17	1 236,58	125,19	5 219,56
Depreciações Acumuladas				
Activo Líquido	4 108,17 €	996,95	125,19	5 219,56



6 - Inventários

O detalhe dos inventários a 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Inventários

	Mercadorias	Mat.prima,subsid. E mat. Diversos
Existências Finais	245 289,40	10 066,30
Existências Iniciais	247 920,04	14 447,39
Variação das Existências	-2 630,64	-4 381,09

7 - Outra contas a receber

A decomposição da rubrica de outras contas a receber é a seguinte:

	Debito	Credito
Fornecedores de Investimentos	23 212,60	
Dev/cred p/acrescimos de Gastos		369 156,55
Utentes do Tueri		33 497,47
Fundo de Maneio	2 972,42	
Outros Dev. E Credores		14 782,46
Totais	26 185,02	417 436,48

8 - Caixa e equivalentes de caixa

O detalhe da rubrica de disponibilidades é o seguinte:

Disponibilidades

Designação	Caixa	Depositos
Finais	3 993,90	660 350,59
Iniciais	3 989,36	919 964,49
Variação	4,54	-259 613,90



9 - Provisões e ajustamentos

O desenvolvimento da conta de Provisões é o seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29,1 Impostos				
29,2 Garantias a clientes				
29,3 Processos judiciais em curso				
29,4 Acidented de Trabalho e doenças				
29,6 Contratos onerosos	168 090,00		1 354,16	166 735,84
29,7 Reestruturação				
29,8 Outras provisões				
Totais	168 090,00		1 354	166 735,84

O valor reconhecido corresponde às responsabilidades estimadas com um dos utentes, que doou os seus bens à Instituição em troca dos seus cuidados até ao momento da sua morte.

10 - Estado

O desenvolvimento das contas do Estado

Designação	2021	2020
Activo		
IRC - Retenções na Fonte		
IRC - Pagamento por conta		
Imposto de selo sacos plasticos	46,40	49,92
Passivo		
IRC - Imposto estimado		
IRS - Trabalho Dependente	10 391,52	9 644,52
IRS - Trabalho profissional	126,57	295,97
IRS - Predial	309,57	309,57
Imposto de selo sacos plasticos		
IVA - Imposto valor acrescentado	3 692,67	8 147,23
Segurança social	42 618,57	40 238,97
Saldo	-57 092,50	-58 586,34



11 - Financiamentos

O desenvolvimento das contas de financiamentos obtidos é o seguinte:

Designação	2020	Aumentos	Reduções	2021
Fornecedores	185 192,32	12 717,81	13 012,95	156 591,54
Farmácia	137 077,95		13 012,95	124 065,00
Outros	24 225,81	8 300,73		32 526,54
Fornecedores de Investimentos	23 888,56	4 417,08	5 093,04	23 212,60
Instituições Bancárias	90 416,38		20 044,86	70 371,52
BES	90 416,38		20 044,86	70 371,52
LIVRANÇAS	53 803,24		25 497,60	28 305,64
MONTEPIO GERAL	28 977,18		11 032,92	17 944,26
VIATURAS (3)	24 826,06		14 464,68	10 361,38
Total	299 497,26	17 134,89	38 150,85	278 481,30

12 - Outras Conta a Pagar

O detalhe das outras contas a pagar é o seguinte:

Plano Contas	Entidades	Saldos
271	Fornecedores de Imobilizado	23212,60
272212	Remunerações a liquidar	-361 079,06
27221914	Correcção retroativos	-3 300,00
27221916	Salão Teatro Praiense	-4 777,49
27811083	Érica Silva	479,49
27811999	Diversos Utentes Tueri	-33 976,96
2782103	Sindicatos	-19,91
2782104	Violencia Doméstica	-8 834,50
2782105	Protocolo cpcj 9036 Valéria	-5 540,77
2787	Fundo Maneio	2 972,42
27870015	Domus Spei - Dr. Alvarino	
27870029	Daniela Quadros	2 350,00
27890012	Donativos ASTP	-650,00
2789007	Restituição Iva	1 832,33
2789998	Diferenças Resumos de Vendas	-3 919,61
Total		-391 251,46



13 - Custo das Vendas

Desenvolvimento do custo das mercadorias vendidas

Designação	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. E mat. Diversos
Existências iniciais	257 207,36	11 129,09
Compras	1 642 271,20 €	151753,97
Regularização de existências	-5 378,08 €	
Existências finais	247 920,04	14 447,39
Custos no exercício	1 646 180,44	148 435,67

14 - Rédito

Desenvolvimento dos réditos operacionais

Designação	2021	2020
Vendas	2 173 732,26	2 116 689,48
Serviços prestados	218 542,37	191 668,02
Subsídios à exploração	1 985 681,92	1 870 396,00
Total	4 377 956,55	4 178 753,50

15 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

O detalhe é o seguinte:



Desenvolvimento de outros gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas	Exercícios		Outor rendimentos e Ganhos	Exercícios 2021	Exercícios 2020
	2021	2020			
681-Impostos	50,00		781-Rend Suplementares	5 670,36	
682-Desc Concedidos			782-Descontos p.p. obtidos	15 441,42	9 620,09
683-Dívidas incobráveis			783-Recuper dívidas a receber		
684-Perdas em inventários	4 040,25	5 012,60	784-Ganhos em inventários		
685-Perdas em subsidiárias			785-Rend ganhos em subsidiar		
686-Gastos invest financeiros			786-Rend activos financeiros		
687-Gastos invest n/financeiros			787-Rend invest n/financeiros	77 034,32	59 965,80
688-Outros	34 246,57	33 328,34	788-Outros	176 402,22	79 400,81
Outros gastos e perdas	236 211,50	110 645,76	Outros rendimentos e ganhos		
Total	274 548,32	148 986,70	Total	274 548,32	148 986,70

16 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

Desenvolvimento dos gastos e rendimentos financeiros

Exercícios		Juros, e outros Rendimentos	Exercícios 2021	Exercícios 2020
2021	2020			
1 978,72	2 310,59	791-Juros obtidos	1 705,08	1 175,80
		792-Dividendos obtidos		
		793-		
4 539,69	2 633,68	798-Outros	0,91	0,29
		Resultados Financeiros	4 812,42	3 768,18
6 518,41	4 944,27	Total	6 518,41	4 944,27



17 - Subsídios do Governo

Subsídios

Designação	2021	2020
Subsídios ao Investimento	348 331,76	93 000,00
Subsídios à exploração	1 985 681,92	1 733 513,26
Doação	16 093,37	43 882,74
Total	2 350 107,05	1 870 396,00

A entidade reconhece os montantes associados aos subsídios ao investimento na conta 75 e não na conta 788.

18 - FSE

Desenvolvimento da conta Fornecimentos e serviços externos

Designação	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	236 131,00	226 548,37
Serviços especializados	88 974,55	84 439,15
Trabalhos especializados	29 852,16	15 312,33
Publicidade e propaganda	1 554,85	3 311,52
Vigilância e segurança	967,40	860,95
Honorários	16 729,97	27 547,58
Conservação e reparação	21 967,63	20 936,94
Outros	17 902,54	16 469,83
Material	18 453,20	18 726,89
Ferramentas e utensílios	11 030,50	12 284,12
Livros e documentação técnica	532,82	656,75
Material de escritório	5 956,76	4 355,41
Artigos para ofertas	933,12	1 430,61
Outros		
Energia e Fluidos	54 701,23	50 781,09
Electricidade	36 011,17	32 606,26
Combustíveis	17 796,64	14 772,94
Água	893,42	3 401,89
Deslocações, estadas e transportes	712,00	545,35
Serviços diversos	73 290,02	72 055,89
Rendas e alugueres	40 395,80	38 485,08
Comunicações	14 131,59	15 257,24
Seguros	8 154,12	6 545,21
Contencioso e Notariado	674,99	1 075,50
Despesas de representação	2 010,14	1 487,91
Limpeza, higiene e conforto	7 923,38	9 179,47
Outros		25,48
Total	236 131,00	226 548,37



19.- Gastos com Pessoal

O detalhe de gastos com pessoal é o seguinte:

Designação	2021	2020
Remunerações do Pessoal - Vencimentos		1 245 971,17
Remunerações do Pessoal - S. Férias		116 639,17
Remunerações do Pessoal - S. Natal		106 622,01
Remunerações do Pessoal - S. Alimentação		90 269,19
Remunerações do Pessoal - Horas Extras		42 279,36
Remunerações do Pessoal - Sub. De Turno		43 213,81
Remunerações do Pessoal - Sub. Transporte		3 486,89
Remunerações do Pessoal - Abono para Falha		550,00
Remunerações do Pessoal - Isenção Horário		5 968,75
Remunerações do Pessoal - Prêmios/Gratific,		12 785,48
Remunerações do Pessoal - Trabalho em Férias		
Vencimentos eventuais		4 124,06
Remunerações do Pessoal - Outros		1 473,47
Encargos sobre Remunerações - Pessoal		380 075,48
FGCT - Fundo Garantia Compensação Trabalho		72,95
Seguro de acidentes no trabalho		8 234,42
Total		2 061 766,21

O número médio de colaboradores em 2020 foi de 107, (2019 - 109).

20. - Movimentos nos Fundos Patrimoniais

Rubricas	Posição início do Período N - 1	Aumentos	Diminuições	Posição dos Fundos Próprios
51 - Fundos Próprios	2 908 414,79	109 106,85		3 017 521,64
53 - Prestações Suplementares				
56 - Reserva Legal				
59 - Outras Variações dos Fundos Próprios	1 302 163,30	275 434,62		1 577 597,92
88 - Resultado líquido do exercício	235 295,67		126 188,82	109 106,85
Total	4 445 873,76	384 541,47	126 188,82	4 704 226,41



21. - Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos após a data de balanço que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais para além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 31/03/2021.

O Contabilista Certificado,

O Provedor,

Conta de Gerência de 2021

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu no Salão Nobre da Sede da Santa Casa da Misericórdia, na Cidade da Praia da Vitória, pelas 11h do dia de ontem, 29 de Março de 2022, emitindo o presente parecer, com base na apreciação dos quadros e demais elementos fornecidos pela Gestão e Responsável contabilístico da Instituição e, como habitualmente, na presença do Senhor Provedor, Francisco Jorge da Silva Ferreira. O quórum do Conselho foi assegurado pelos dois membros subscritores do Parecer, dado que o Senhor José António não esteve presente por motivos de saúde.

ANÁLISE

As Contas respeitantes ao exercício de 2021 apresentam-se, formalmente, conforme os métodos e critérios recomendados, revelando uma louvável preocupação de fornecer os elementos informativos sobre a vida económica e financeira da Santa Casa de forma bastante desagregada e com as explicações adequadas na sequência do diálogo estabelecido entre os membros do Conselho e os responsáveis pela gestão, o que permite uma análise pormenorizada a cada uma das valências da Instituição.

Apesar de as Contas respeitarem a um ano em que a Pandemia se fazer sentir em pleno, importa realçar que o Resultado Líquido da Exploração da Santa Casa da Misericórdia, segundo as Contas apresentadas, situou-se, a 31 de Dezembro de 2021, nos 235 mil Euros o que para além do seu excelente significado absoluto compara de forma muito positiva com os 109 mil euros de 2020 e com os 25 mil euros positivos do ano de 2019. Trata-se efectivamente de um resultado excelente, pese o facto de a Instituição ter arrecadado uma verba extraordinária da tutela governamental, por conta de compensações com carácter retroactivo, nomeadamente na Rede Educativa.

No âmbito da desagregação das Contas pelas diversas Valências da Instituição importa realçar o resultado financeiro líquido referentes ao Grupo Farmácia, que cresce 12%, atingindo os 209 mil euros. As rendas do Património somam 65 mil euros. Este conjunto de Receitas próprias passa de 235 mil euros para 274, um crescimento de 17%, o que permite à Santa Casa da Praia da Vitória uma base crescente de autonomia no financiamento da sua actividade.

Como áreas a recuperar para o presente ano, importa conseguir com a tutela reequilibrar os resultados com o Acolhimento e retomar a plena actividade do Centro de Economia Social, que naturalmente foi muito atingido pela Pandemia, mas que dá mostras de retoma. Por seu turno o Etis já está no positivo.

Por sua vez, a Rede Educativa passou a apresentar um quadro de desejável equilíbrio, graças à compreensão e sensibilidade da Ex-Secretária Regional da Tutela para com a situação específica desta Santa Casa. De resto, a boa colaboração com a Tutela permitiu, no mesmo ano, criar as condições para o enriquecimento patrimonial desta Instituição com a aquisição do excelente prédio, no centro da Cidade, onde funciona o Projecto Fortis.

No que respeita ao Balanço, importa realçar que a Santa Casa para além de cumprir com regularidade para com os seus Fornecedores continua a apresentar uma situação equilibrada e muito positiva para enfrentar quaisquer imprevistos que possam ocorrer.

II - CONCLUSÕES

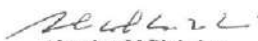
Os valores apurados neste exercício de 2021, de acordo com as Contas apresentadas, revelam um excelente Resultado Líquido de Exploração a par do empenho que a Mesa Administrativa da Instituição e os seus Quadros Superiores e Colaboradores continuam a revelar. Aliás, na senda dos anos anteriores, a Instituição continua a reforçar o seu já vasto património imobiliário, em compreensível cooperação com as instâncias governamentais, na perspectiva da significativa melhoria dos serviços prestados.

III - RECOMENDAÇÕES

Assim, o Conselho Fiscal dá parecer favorável às Contas da Gerência referentes ao ano de 2021 e recomenda a sua aprovação pela Assembleia Geral dos Sócios da Instituição.

Praia da Vitória, 30 de Março de 2022

O Conselho Fiscal


Alvarino M Pinheiro
Presidente

Ricardo Barros
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.757.783,50 euros e um total de capital próprio de 4.830.415,23 euros, incluindo um resultado líquido de 235.295,67 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações, quer a nível mundial, quer, mais

concretamente, a nível regional. Nesta data não é ainda possível quantificar os eventuais efeitos desta situação na atividade futura da Entidade, não sendo, contudo, expectável que sejam relevantes.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, SROC. LDA

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 318 / CMVM 20170016

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, SROC. LDA

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 318 / CMVM 20170016

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de Março de 2022



ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

representada por José Francisco Antunes Rodrigues

ROC n.º 998